



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E DO
DESENVOLVIMENTO URBANO – SEINFRA

CONTRATO Nº 03/2018

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2017

QUALIFICAÇÃO DA CONTRATANTE

| | |
|--|--|
| ESTADO DE SERGIPE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E DO DESENVOLVIMENTO URBANO, ÓRGÃO INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DE SERGIPE. | |
| ENDEREÇO: RUA VILA CRISTINA, 1056 BAIRRO SÃO JOSÉ | CIDADE: ARACAJU UF.: SERGIPE |
| CNPJ Nº: 13.128.798/0026-51 | |
| REPRESENTANTE LEGAL: VALMOR BARBOSA BEZERRA | NOME |
| ESTADO CIVIL: CASADO | PROFISSÃO: ENGENHEIRO CIVIL |
| CPF Nº: 235.018.125-15 | RG Nº: 468.659 2ª Via SSP/SE |

QUALIFICAÇÃO DA CONTRATADA

| | |
|-----------------------------|--|
| RAZÃO SOCIAL: | PROSIGNS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - EPP |
| ENDEREÇO: | RUA 07, QUADRA 17, LOTE A-4, DISTRITO INDUSTRIAL DE SOCORRO, NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE |
| TELEFONE: | 3211-8450/99988-6511 |
| CNPJ: | 01.278.227/0002-47 |
| INSCRIÇÃO ESTADUAL: | 27.142.589-0 |
| REPRESENTANTE LEGAL: | MARCOS VINÍCIUS DE OLIVEIRA ALMEIDA |
| Nº DO CPF: | 256.598.395-68 |
| Nº RG: | 345.415 SSP/SE |

O presente contrato está de acordo com a Lei nº 8.666/93 e sua legislação suplementar, regendo-se pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente Contrato tem por objeto a **Contratação da Prestação de serviços de implantação de marcos inaugurais e placas de inauguração em obras da SEINFRA e suas vinculadas, conforme especificações técnicas detalhadas constantes deste edital e seus anexos**, referente ao Pregão nº 004/2017, os integrantes a este independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os serviços serão prestados conforme descrição do projeto básico e o disposto na cláusula quinta deste instrumento.





GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E DO
DESENVOLVIMENTO URBANO – SEINFRA

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O valor estimado mensal do contrato é de R\$ 368.999,84 (trezentos e sessenta e oito mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos). A contratante somente pagará à contratada pela execução dos serviços, após liquidação da obrigação.

§ 1º O pagamento será efetuado após liquidação da despesa, por meio de crédito em conta corrente indicada pelo licitante vencedor, no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo setor responsável pelo recebimento.

§ 2º Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e perante o FGTS – CRF, além das Certidões Negativas de débito junto a União, Estado, Município e CNDT.

§ 3º Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 4º Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§ 5º Os preços serão fixos e irrevogáveis.

§ 6º No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no *caput* desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

Será firmado Contrato com o licitante vencedor, o qual terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1 - Os serviços serão solicitados de acordo com as necessidades da SEINFRA, a Ordem de Serviço será sempre expedida pela fiscalização das obras e o prazo para instalação do marco inaugural ou da placa de inauguração será de 05 (cinco) dias úteis após a emissão da respectiva Ordem de Serviço.

5.2 - Os serviços serão prestados nas datas e horários definidos pelo setor de fiscalização, nas condições estipuladas na Ordem de Serviço, devendo o prazo de instalação ser atendido pela contratada.

§ 1º O seu recebimento dar-se-á de acordo com o art. 73 incisos I e II, “a” e “b”.

§ 2º O recebimento provisório ou definitivo do objeto do contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V, da Lei nº 8.666/93)

As despesas com o pagamento do referido objeto correrão por conta da dotação orçamentária abaixo especificada:





GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E DO
DESENVOLVIMENTO URBANO – SEINFRA

| UNIDADE ORÇAMENTÁRIA | CLASSIFICAÇÃO PROGRAMÁTICA FUNCIONAL | PROJETO ATIVIDADE | ELEMENTOS DE DESPESA | FONTE DE RECURSO |
|----------------------|--------------------------------------|-------------------|----------------------|------------------|
| 26.106 | 26.782 | 0018 | 4.4.90.39 | 0101 |

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES

A **CONTRATADA**, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

7.1. A licitante vencedora deverá realizar todos os controles exigidos pelas **Especificações Técnicas definidas no Edital**.

7.2. É de inteira responsabilidade da licitante vencedora, o pagamento de todos os materiais, mão-de-obra, equipamentos e como também todas as obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias, transportes, seguro e tudo mais que se fizerem necessários à conclusão e quitação dos encargos do contrato.

7.3. A licitante vencedora deverá fornecer todos os equipamentos em quantidade suficiente, para a perfeita execução dos serviços.

7.4. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

7.5. Designar por escrito, no ato do recebimento da ordem de serviço, preposto(s) que tenha(m) poder(es) para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato.

7.6. Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados.

7.7. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus colaboradores acidentados ou acometidos de mal súbito.

7.8. Caso ocorra algum acidente de trabalho, a contratada deverá fazer análise do acidente em conjunto com a SEINFRA e apresentar relatório.

7.9. Cumprir os postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal e as normas de segurança e medicina do trabalho.





GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E DO
DESENVOLVIMENTO URBANO – SEINFRA

7.10. Facilitar a ação da fiscalização, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação e aos serviços em execução e atendendo prontamente às observações e exigências apresentadas.

7.11. Apresentar quando exigido, comprovante de pagamentos de salários, apólices de seguros contra acidente de trabalho, e demais quitação de obrigações trabalhistas, previdenciárias relativas aos seus colaboradores, que estejam ou tenham estado a serviço da empresa, por força deste contrato.

7.12. Responsabilizar-se pelos danos causados por seus prepostos a **SEINFRA** e/ou a terceiros, desde que comprovada a responsabilidade de seus colaboradores, após a devida apuração dos fatos através de Comissão de Sindicância constituída, se houver necessidade.

7.13. Fazer seguro de seus trabalhadores contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigências legais.

A **CONTRATANTE**, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- I. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- II. Fornecer à contratada as informações necessárias ao cumprimento do presente contrato;
- III. Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada a todos os locais onde se fizerem necessários os serviços;
- IV. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou irregularidades observadas;
- VI. Proceder, a seu critério, a avaliação de todos os empregados apresentados pela **CONTRATADA** para a prestação dos serviços, com vistas à verificação de que os mesmos preencham os perfis mínimos exigidos para os respectivos postos de serviços;
- VII. Efetuar o pagamento pelos serviços prestados pela **CONTRATADA**, conforme estabelecido em Cláusula do Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 7º, da Lei nº 10.520/2002)

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à (ao) **CONTRATADA** (O) as seguintes sanções:

- I. Advertência;





GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E DO
DESENVOLVIMENTO URBANO – SEINFRA

II. Multa, observados os seguintes limites máximos:

a. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

10% (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento equivalente;

III. Impedimento de licitar e de contratar com o Estado de Sergipe, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

§ 1º O valor da multa aplicada será descontado do valor da garantia prestada, retido dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrado judicialmente, sendo corrigida monetariamente, de conformidade com a variação do IPCA, a partir do termo inicial, até a data do efetivo recolhimento.

§ 2º A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, da Lei nº 8.666/93.

§ 1º O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo do Contratante, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.

§ 2º No caso de rescisão do Contrato, o Contratante fica obrigado a comunicar tal decisão à Contratada, por escrito, no mínimo com 30 (trinta) dias de antecedência.

§ 3º Na ocorrência da rescisão prevista no “caput” desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO:

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito do Contratante de adotar, no que couber, as medidas previstas no artigo 80, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS:

O presente Contrato fundamenta-se:





GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E DO
DESENVOLVIMENTO URBANO – SEINFRA

- I. Nos termos do **Pregão Eletrônico nº 004/2017** que, simultaneamente:
- a. Constam do Processo Administrativo nº 026.301.00083/2017-1
 - b. Não contraria o interesse público;
- II. Nas demais determinações da Lei 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Decretos Estaduais nº 23.769/06 e nº 23.770/06.
- III. Nos previstos do Direito Público;
- IV. Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo único – Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

O contratante publicará, no Diário Oficial do Estado, o extrato do presente Contrato no prazo de 20 (vinte) dias da data de sua assinatura, com indicação da modalidade de licitação e de seu número de referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65, da Lei 8.666/93, devidamente comprovados.

§1º A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Na forma do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, fica designado o(a) servidor(a) Deborah Cristina de Andrade Menezes Dias, R.G. 967.004 -SSP/SE, CPF nº 661.116.845,15, devidamente credenciado, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência ao setor solicitante.

§1º À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

§2º A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.





GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E DO
DESENVOLVIMENTO URBANO – SEINFRA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Capital do Estado de Sergipe como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por assim, justas e contratadas, as partes assinam este instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Aracaju/SE, 04 de janeiro de 2018.

VALMOR BARBOZA BEZERRA

Secretário de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano

PROSIGNS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - EPP

Contratada

1. NOME: Juliana Permonte Cap CPF Nº: 839.642.405-59

2. NOME: Janaína Souza Alves CPF Nº: 007.106.915-13

